



O Poder da Máscara

Em *Political Hypocrisy – The Mask of Power, from Hobbes to Orwell and beyond*, David Runciman argumenta que a hipocrisia política é inevitável, persistente e omnipresente nas democracias liberais.

Sendo no entanto um vício, a crítica à hipocrisia degenera demasiadas vezes numa hipocrisia de segundo grau que, enaltecendo a virtude e a verdade, pratica exactamente o defeito que pretende redimir com a verdade e a virtude. O mundo de Runciman é assim um lugar peculiar e no qual a virtude se transforma na prática sofisticada e superior do vício. Não será o mundo às avessas, mas será certamente uma planície de espelhos que reflectem uma imagem até ao limite infinito em que a hipocrisia e a sinceridade se fundem na imaginação e na quimera.

A questão pode ser entendida no dilema da escolha livre e democrática – que variedade de hipócrita deve ser objecto de selecção política? A questão ilumina-se com o brilho de um reflexo cínico. No entanto, para David Runciman a expressão máxima de um gesto cínico será precisamente a pretensão de considerar a política da perspectiva da verdade. Para o Autor, a forma mais insidiosa de hipocrisia política coincide rigorosamente com a afirmação de uma política livre e expurgada do vício da hipocrisia. Em política, o vício não presta tributo à virtude, tanto mais que a virtude e o vício se escondem nas palavras e se juntam no rosto real e fictício que compõe a máscara. Abstraindo as questões de método e a dimensão normativa inerentes à teoria política, para David Runciman a política é e será sempre um teatro de máscaras.

Deste modo, a reflexão regressa ao início. No princípio, a hi-

pocrisia vivia nos palcos de um teatro. Na Grécia Antiga, o hipócrita seria o actor, o indivíduo que esquecia a sua personalidade para poder representar todas as personalidades. Originalmente, o termo grego *hypocrisis* significava representar uma personagem. Assim, a hipocrisia seria um termo técnico e descritivo associado à arte teatral, não existindo qualquer sentido pejorativo ou emanção de natureza moral. O actor seria o intérprete de uma vontade ditada pelo dramaturgo. O hipócrita deveria mentir para dizer a verdade, o hipócrita dizia o que não pensava e mostrava o que não sentia. Na realidade do teatro, no espaço convencional de um ritual, na fronteira delimitada pelo proscénio, a hipocrisia não representava, nem um vício, nem uma virtude. Mas no dia em que o actor deixou o palco e se aventurou pela vida real e corpórea, a hipocrisia invadiu o mundo e encontrou na política um palco no meio do mundo. O hipócrita deixava de ser o rosto da ficção e passava a constituir-se como parte integrante da face do homem na cidade. Para além do enredo e do jogo das personagens, o hipócrita vivia agora no meio de nós. No meio de uma audiência inocente da sua condição, livre das convenções teatrais e de um enredo particular, o hipócrita feito político ganhou uma soberba liberdade para adoptar uma incomensurável variedade de máscaras. Colocada entre o observador e o rosto real, a máscara projecta sempre no mundo um olhar passível de um conteúdo político e de um juízo moral. Como escreveu Oscar Wilde – “Give a man a mask and he will tell you the truth”.

O drama e a política partilham uma relação nem sempre óbvia com a realidade. Se a política é limitada à “arte do possível”, para Aristóteles o drama poderia ser considerado a “arte do provável”. De acordo com Robert Grant, talvez o que torna o drama plausível será a razão exacta que faz da política o ofício do possível, nomeadamente, o reconhecimento comum de uma natureza das coisas humanas, bem como a fidelidade partilhada em relação à superfície das aparências vivas. Deste modo, o drama estaria circunscrito a um naturalismo pobre e a política condenada a um pragmatismo frívolo. Em ambas as esferas dominaria a tipificação e a generalização e cujo corolário seria um entendimento do mundo suportado na transcendência parcial do imediato. O drama e a política são modos diferenciados do pensamento